



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640037 - PR (2021/0012699-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : NICOLE GIAMBERARDINO FABRE
ADVOGADO : NICOLE GIAMBERARDINO FABRE - PR052644
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALESSANDRO SOUZA DOS REIS (PRESO)
OUTRO NOME : ALESSANDRO DE SOUZA DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESSANDRO SOUZA DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0000008-24.2021.8.16.0000).

O paciente teve determinada a sua inclusão em sistema penitenciário federal por decisão proferida pela Vara de Execuções Penais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal relativo a cerceamento de defesa, *"vez que não foi dado acesso a decisão que incluiu emergencialmente o paciente, cessando o direito de entrar com o agravo, que é o recurso cabível para questionar os fatos que estão tentando imputar ao réu, mas que são todos inverídicos"* (e-STJ fl. 27).

Defende estar configurada hipótese de ilegalidade flagrante que autorizaria a mitigação do enunciado sumular n. 691/STF.

Alega que o paciente é portador de tuberculose, destacando existir legislação que proíbe a inclusão de preso com doença infectocontagiosa no sistema penitenciário federal.

Requer, liminarmente, seja revogada a decisão que determinou a inclusão emergencial do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de esgotamento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência